

INSTITUTO GNOSIS

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio social	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Membros da Diretoria Executiva do
Instituto Gnosis

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Gnosis (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Gnosis em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Intangível

O INSTITUTO não apresentou no Ativo Intangível, direito de uso de operação referente aos bens móveis e imóveis transferidos para a sua responsabilidade durante a vigência dos Contratos de Gestão. Pela falta de reconhecimento contábil desses bens para algumas unidades, não se tem como aplicar a avaliação do valor justo do sistema de controle patrimonial de tais ativos que respalde a existência e funcionalidade do mesmo, impossibilitando a realização de inventário físico necessário que lhes dão respaldo. Diante disso, não temos como opinar sobre a valoração do direito de uso. Devido a esses fatos não podemos mensurar os possíveis efeitos do valor de custo desses bens, bem como a existência física dos mesmos, como também eventuais ajustes quando for possível a aplicação da Resolução CFC nº 1.292/2010, NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Fornecedores

A Entidade possui registrado na rubrica de Fornecedores, referente aos projetos já encerrados, Himaba – Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves e Hospital da Mulher Heloneida Studart, os montantes respectivos de R\$ 8.854.028 e R\$ 4.669.649, contudo, pela ausência de controles analíticos e ausência de documentação comprobatória, não nos foi possível concluir sobre os saldos apresentados. Dessa forma, não podemos opinar sobre o montante registrado.

Provisão de férias

A Entidade não apresentou documentação suporte do saldo referente a provisão de férias. Em vista disso, agravado pela ausência de controles analíticos, não nos foi possível concluir sobre os possíveis efeitos que ocasionam no passivo não circulante, patrimônio líquido e resultado da Entidade.

Provisão para rescisão e provisão de FGTS sobre multa rescisória

Conforme a nota explicativa 13, a Entidade possui registrado na rubrica de Obrigações Trabalhistas, na data base de 31 de dezembro de 2024, os montantes de R\$ 9.392.377 e R\$ 17.983.553, correspondentes a provisão para rescisões e provisão de FGTS sobre multa Rescisório, respectivamente, contudo pela ausência de controles analíticos, não nos foi possível concluir sobre os saldos apresentados. Dessa forma, não podemos opinar sobre o montante registrado.

Provisão para contingências

O Instituto Gnosis possui registrado a título de provisão de contingências, o valor de R\$ 426.230, o qual, de acordo com as confirmações dos seus Assessores Jurídicos, não se apresenta suficiente para suprir as necessidades contingenciais da Entidade. Em vista disso, agravado pela ausência de controles analíticos não podemos opinar sobre o montante registrado.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erros.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

Responsabilidade dos auditores independentes (Continuação)

divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2025.

JSV Auditoria Independente
CRC RJ-008514/O
Jorge Chaves Lucio
Contador CRC RJ-083.083/O-8

Instituto Gnosis

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	2024	2023		2024	2023
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	114.457.190	109.644.918	Fornecedores (Nota 11)	32.335.871	28.297.662
Contas a receber (Nota 5)	999.754.060	701.488.981	Empréstimos entre Contratos (Nota 12)	1.306.392	1.300.421
Desembolso para resarcimentos futuros (Nota 6)	1.330.218	1.300.421	Obrigações Trabalhistas (Nota 13)	60.245.651	60.404.121
Estoques	10.787	10.787	Obrigações Tributárias (Nota 14)	24.777.131	24.210.434
Adiantamentos (Nota 7)	3.463.914	3.669.374	Outras Obrigações	1.318.477	794.201
Impostos a recuperar	252.021	203.973			
Outras contas a receber	1.750	-			
	<u>1.119.269.940</u>	<u>816.318.454</u>		<u>119.983.522</u>	<u>115.006.839</u>
Não Circulante			Não circulante		
Ativo de Contrato (Nota 8)	82.875.043	579.655.312	Passivo de Contrato (Nota 8)	82.875.043	579.655.312
Depósitos judiciais (Nota 9)	6.356.082	3.013.171	Subvenções a realizar (Nota 15)	999.729.686	701.464.607
	<u>89.231.125</u>	<u>582.668.483</u>	Provisão para Contingências (Nota 16)	426.230	611.571
Imobilizado	283.477	338.279		<u>1.083.030.959</u>	<u>1.281.731.490</u>
Intangível (Nota 10)	95.991.931	90.308.070	Patrimônio líquido		
	<u>96.275.408</u>	<u>90.646.349</u>	Patrimônio Social (Nota 17)	101.761.992	92.894.957
Total do ativo	<u>1.304.776.473</u>	<u>1.489.633.286</u>	Superávit Acumulado	101.761.992	92.894.957
			Total do passivo	<u>1.304.776.473</u>	<u>1.489.633.286</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Alberto de Resende Tavares Valente
Contador
CRC/RJ nº 041.398/O-3

Paulo Roberto Ribeiro de Mello
Diretor Executivo
CPF nº 308.897.237-53

Instituto Gnosis

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	2024	2023
Receita operacional		
Receitas de Contratos e Convênios (Nota 18)	707.876.600	612.593.336
Receitas de outras ações (Nota 18)	325.383	1.198.407
	<u>708.201.983</u>	<u>613.791.743</u>
Custos com Gratuidades Concedidas - Colibri (Nota 19)	(550.588)	(872.069)
Custos e Despesas Operacionais		
Custo dos serviços prestados (Nota 20)	<u>(683.853.942)</u>	<u>(614.157.630)</u>
Resultado Bruto	<u>23.797.453</u>	<u>(1.237.956)</u>
Despesas Operacionais		
Despesas com pessoal (Nota 21)	(24.883.238)	(23.792.651)
Despesas com serviços prestados (Nota 22)	(12.437.678)	(11.557.191)
Despesas gerais e administrativas (Nota 23)	(5.770.546)	(5.703.206)
Despesas com concessionárias (Nota 24)	(4.107.582)	(4.053.705)
Despesas com contingências (Nota 16)	(421.088)	(276.014)
Despesas com depreciação	(1.050.560)	(936.952)
Despesas Tributárias (Nota 25)	(54.802)	(62.741)
	<u>(1.040.982)</u>	<u>(1.202.842)</u>
Resultado financeiro líquido (Nota 26)	10.196.444	13.012.424
Outras Receitas e Despesas (Nota 27)	(243.624)	9.152.138
	<u> </u>	<u> </u>
Superávit/Déficit Líquido do Exercício	<u>8.867.035</u>	<u>(2.866.045)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Alberto de Resende Tavares Valente
Contador
CRC/RJ nº 041.398/O-3

Paulo Roberto Ribeiro de Mello
Diretor Executivo
CPF nº 308.897.237-53

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	2024	2023
Superávit/Déficit do exercício	8.867.035	(2.866.045)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>8.867.035</u>	<u>(2.866.045)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Alberto de Resende Tavares Valente
Contador
CRC/RJ nº 041.398/O-3

Paulo Roberto Ribeiro de Mello
Diretor Executivo
CPF nº 308.897.237-53

Instituto Gnosis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2022	18.215.588	77.545.414	95.761.002
Transferência para Patrimônio Social	77.545.414	(77.545.414)	-
Déficit do Exercício	-	(2.866.045)	(2.866.045)
Em 31 de dezembro de 2023	95.761.002	(2.866.045)	92.894.957
Transferência para Patrimônio Social	(2.866.045)	2.866.045	-
Superávit do Exercício	-	8.867.035	8.867.035
Em 31 de dezembro de 2024	92.894.957	8.867.035	101.761.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Carlos Alberto de Resende Tavares Valente
Contador
CRC/RJ nº 041.398/O-3

Paulo Roberto Ribeiro de Mello
Diretor Executivo
CPF nº 308.897.237-53

Instituto Gnosis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit/Déficit do exercício	8.867.035	(2.866.045)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão para Contingências	(185.341)	(10.639.766)
Depreciação	54.802	62.741
	<u>8.736.496</u>	<u>(13.443.070)</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(298.265.079)	(51.019.891)
Desembolso para Ressarcimento	(29.797)	33.012
Adiantamentos	205.460	2.119.510
Impostos a recuperar	(48.048)	444.151
Ativo de Contrato	496.780.269	(487.890.205)
Outras Contas a Receber	(1.750)	-
Depósitos judiciais	<u>(3.342.911)</u>	<u>(2.024.408)</u>
	<u>195.298.144</u>	<u>(538.337.831)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	4.038.209	(1.374.064)
Obrigações Trabalhistas	(158.470)	19.003.974
Obrigações tributárias	566.697	3.624.925
Outras Obrigações	524.276	559.769
Passivo de contrato	(496.780.269)	487.890.205
Subvenções a realizar	<u>298.265.079</u>	<u>51.019.891</u>
	<u>(193.544.478)</u>	<u>560.724.700</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>10.490.162</u>	<u>8.943.799</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adições de bens ao imobilizado	-	(237.476)
Baixas de bens ao imobilizado	-	3.857
Adições de bens ao intangível	(5.746.616)	(34.209.138)
Baixa de bens ao intangível	<u>62.755</u>	<u>50.987</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(5.683.861)</u>	<u>(34.391.770)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos entre contratos	<u>5.971</u>	<u>(33.012)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>5.971</u>	<u>(33.012)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>4.812.272</u>	<u>(25.480.983)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	109.644.918	135.125.901
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>114.457.190</u>	<u>109.644.918</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>4.812.272</u>	<u>(25.480.983)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais)

1 Contexto Operacional

O Instituto Gnosis foi constituído em 17/11/2008, é uma associação sem fins lucrativos com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido constituída na forma preconizada no Código Civil Brasileiro, e observando os ditames da Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 6.043/2011 e da Lei do Município do Rio de Janeiro nº 5.026/2009 para atuar como Organização Social na Área de Saúde, foi criada para atender os seguintes objetivos:

- a) A prestação de serviço de saúde, incluída a assistência médica, hospitalar e de serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, sempre observada a excelência da atuação, obtida através da aplicação das melhores práticas de gestão em saúde disponíveis no mercado;
- b) A formação de recursos humanos para atuação na área de saúde;
- c) O desenvolvimento do conhecimento voltado as práticas de gestão em saúde, sobretudo através do incentivo a realização de cursos de formação, seminários, palestras e congressos;
- d) Incentivar e, se possível, viabilizar, a publicação de trabalhos próprios e de terceiros e a divulgação de conhecimentos científicos relacionados aos serviços de saúde, por meio eletrônico, de publicação de periódicos, livros, software, CD-ROM e outros recursos;
- e) Firmar parcerias, com órgãos públicos e privados possibilitando o desenvolvimento, aplicação e gerenciamento de novos produtos, métodos e processos educativos, de gestão, e outros na área de saúde;
- f) Desenvolver programas de estágio, estudos, aperfeiçoamento, prêmios, cursos e bolsas de estudo, voltados para estimular o desenvolvimento de tecnologia na área de saúde; e
- g) Firmar contratos e convênios com pessoa jurídica de direito público e de direito privado, nacionais e internacionais, com a finalidade de viabilizar a execução dos objetivos do instituto.

As atividades desenvolvidas pelo INSTITUTO GNOSIS, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão atreladas a metas e prazos descritos abaixo nos Contratos de Gestão e Aditivos firmados entre o Instituto a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Prefeitura de Maricá.

- **Unidades de Atenção Básica Maricá** - O Município de Maricá, visando a organização da gestão da rede de serviços de saúde e a reorganização da Atenção Primária, está realizando um processo de implementação e expansão da Estratégia da Saúde da Família (ESF) através do contrato firmado com o Instituto Gnosis. Isso significa uma efetiva mudança do modelo de atenção à saúde no município, dando ênfase à atenção primária e, tendo como metas, a busca da universalidade, integralidade, criação de vínculos, de compromisso e responsabilidade compartilhada entre profissionais da saúde e população em todas as etapas no cuidado, numa atenção pautada em valores de solidariedade, cidadania e direitos humanos. Também é objetivo destes serviços gerar iniciativas que articulem outras áreas sociais em prol da qualidade de vida da população do Município de Maricá.
- **Área de Planejamento 2.1 e UPA Rocinha** - O Instituto Gnosis em abril de 2021, inicia a gestão de desenvolvimento e execução das ações e serviços de saúde destinados à saúde da família no âmbito da Área de Planejamento 2.1 e UPA Rocinha através do contrato de gestão 002/2021. A gestão do Instituto GNOSIS tem como foco fazer a diferença em qualidade e eficácia dos processos em 13 (treze) Unidades de Atenção Primária da Área de Planejamento 2.1.
- **Área de Planejamento 5.1** - O Instituto Gnosis em julho de 2021, inicia a gestão de desenvolvimento e execução das ações e serviços de saúde destinados à saúde da família no âmbito da Área de Planejamento 5.1 através do contrato de gestão 009/2021. A Área de Planejamento (AP) 5.1 possui 10 bairros e uma população total, segundo censo 2010, de cerca de 671.041 habitantes. Estão incluídos nela os bairros de Bangu, Campo dos Afonsos, Deodoro, Gericinó, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Padre Miguel, Realengo, Senador Camará e Vila Militar. A gestão do Instituto GNOSIS tem como foco fazer a diferença em qualidade e eficácia dos processos em 16 Clínicas da Família, 11 Centros Municipais de Saúde e 01 Centro de Atenção Psicossocial da Área de Planejamento 5.1.
- **Centro Carioca de Diagnóstico** - O Instituto GNOSIS iniciou em maio de 2022 o gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços de saúde de alta densidade tecnológica no CCD (Centro Carioca de Diagnóstico), assegurando assistência universal e gratuita à população, única e exclusivamente para o Sistema Único de Saúde – SUS, da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro. O projeto em questão, tem por objetivo fomentar o serviço de Diagnóstico em regime de mútua cooperação com a Organização da Sociedade Civil, na busca de viabilizar um serviço mais moderno em tecnologia de alta resolutividade e inovações, sendo referência na rede de atenção à saúde da capital carioca.
- **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)** - O Instituto GNOSIS iniciou em julho de 2023 o gerenciamento, operacionalização, execução e fortalecimento das ações e serviços de saúde que assegure assistência universal e gratuita à população, única e exclusivamente para o Sistema Único de Saúde (SUS), dos equipamentos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro no âmbito das APs 4.0, 5.1, 5.2 e 5.3 e do IMAS Juliano Moreira.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023, abrangem as operações dos seguintes hospitais abaixo, sob a gestão do Instituto Gnosis.

Contratos de gestão em operação:

- Maricá – Unidade de Atenção Básica
- AP 2.1 – Área de Planejamento 2.1
- AP 5.1 – Área de Planejamento 5.1
- CCD – Centro Carioca de Diagnóstico
- RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

Contratos de gestão encerrados:

- HMMABH – Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Holanda
- Hospital da Mãe (Clínica da Mulher)
- Hospital Estadual da Mulher
- CER Centro
- AP22 – Área de Planejamento (Saúde da Família)
- Rio Imagem
- HIMABA – Hospital Infantil e Maternidade Alzir Bernardino Alves
- AP 4.0 – Área de Planejamento (Saúde da Família)

Estas demonstrações financeiras apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados aos Contratos de Gestão das Entidades que não possuem Patrimônio Próprio, realizando suas atividades operacionais em nome da Secretaria Estadual de Saúde, da Prefeitura do Rio de Janeiro, e da Prefeitura do Município de Maricá, que são proprietárias do patrimônio Físico (Edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares sob gestão do Instituto Gnosis ao qual obtém responsabilidade pelo ativo fixo no período de sua contratação.

2.1 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo as disposições da Resolução CFC nº 1.409/12, que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, e consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde o Instituto atua. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 – Provisão para contingências.

e. Data de aprovação das demonstrações financeiras

A autorização de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu através de Assembleia Geral Extraordinária datada de 28 de maio de 2025.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a mesma transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem o seguinte ativo financeiro não derivativo: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível a qualquer momento em um montante conhecido de caixa, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a um ativo. A amortização não é calculada. Por se tratar de um direito para operar, onde o proprietário dos bens é o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Prefeitura do Município de Maricá.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado/intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As demonstrações financeiras refletem as seguintes provisões:

Férias

Provisão constituída com base na remuneração dos empregados do Instituto e dos empregados alocados nos hospitais sob gestão dessa Entidade e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, incluindo os encargos sociais correspondentes, mas não reconhecida contabilmente.

Provisão para contingências

Provisão não constituída com base na opinião dos assessores jurídicos do Instituto em montante que deveria ser considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

d. Apuração do superávit/déficit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios e inclui, os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, bem como a receita de descontos obtidos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e multas e despesas bancárias.

f. Ativos circulantes e não circulantes

Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

Contas a receber

Representam o saldo de repasses mensais a receber os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Estado de Saúde, da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Prefeitura do Município de Maricá, ao final do contrato, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

g. Passivo circulante e não circulante

Reconhecidos no balanço quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas.

As notas fiscais dos fornecedores são registradas mediante a aprovação do contratante vinculadas com a apresentação de regularidade fiscal do contratado e validação dos serviços efetivamente prestados.

h. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro do Instituto. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na Nota Explicativa nº 30.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Fundo rotativo de caixa	-	871
Bancos conta movimento	9.724.061	1.591.612
Certificado de depósito bancário - CDB	<u>104.733.129</u>	<u>108.052.435</u>
	<u><u>114.457.190</u></u>	<u><u>109.644.918</u></u>

As aplicações financeiras referem-se à aplicação de curto prazo Corporativo em Cotas de Fundo de Investimentos, mantidas no Santander e Banco do Brasil e estão demonstrados os recursos pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes apropriados até a data de balanço com base no regime de competência.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplicá-los. O Instituto Gnosis é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

5 Contas a receber

	2024	2023
Valores a Receber - CCD	341.368.879	139.375.046
Valores a Receber - AP 5.1	293.797.728	244.037.964
Valores a Receber - AP 2.1	150.994.967	62.455.332
Valores a Receber - RAPS	107.387.698	94.531.603
Valores a Receber - Maricá	105.730.936	111.932.290
Valores a Receber - Hospital da Mãe de Mesquita	449.478	449.478
Valores a Receber - HIMABA	24.374	24.374
Valores a Receber - AP 4.0	<u>-</u>	<u>48.682.894</u>
	<u><u>999.754.060</u></u>	<u><u>701.488.981</u></u>

Em 31 de dezembro de 2024, o contas a receber do Instituto refere-se basicamente aos repasses de valores a serem realizados pela Prefeitura do Município de Maricá e pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

6 Desembolso para resarcimentos futuros

	2024	2023
Empréstimo SEDE	1.300.421	1.300.421
Outros	<u>29.797</u>	-
	<u><u>1.330.218</u></u>	<u><u>1.300.421</u></u>

Em 31 de dezembro de 2024, o valor referente a Desembolso para Ressarcimento está representado, principalmente, pelo saldo a receber da Sede em relação ao Contrato Gestão, já finalizado, do Hospital da Mãe de Mesquita, no valor de R\$ 1.300.421. A Sede efetuou o pagamento de notas fiscais do fornecedor TR Refeições e aguarda o recebimento.

A Entidade possui solicitação junto à Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro pleiteando recursos para pagamentos de saldos em aberto provenientes do encerramento do contrato de gestão 018/2020 em junho de 2021. O pagamento à Sede ocorrerá após o recebimento do valor pleiteado.

7 Adiantamentos

	2024	2023
Adiantamento De Férias	2.678.626	2.216.565
Adiantamento A Fornecedor	525.424	1.251.702
Adiantamento Rescisao Trabalho	131.715	67.347
Adiantamento De 13º Salario	85.262	90.695
Adiantamento A Funcionarios	32.274	34.599
Outros Adiantamentos	<u>10.613</u>	<u>8.466</u>
	<u><u>3.463.914</u></u>	<u><u>3.669.374</u></u>

8 Ativo de Contrato

	2024	2023
Convênio a receber - CCD	82.875.043	-
Convênio a receber - AP 2.1	-	227.191.449
Convênio a receber - AP 5.1	-	277.022.195
Convênio a receber - RAPS	-	<u>75.441.668</u>
	<u>82.875.043</u>	<u>579.655.312</u>

A título de recursos de longo prazo, a Entidade possui direitos a receber que são registrados em suas Demonstrações Contábeis para fins de transparência em seus atos perante a gestão de recursos públicos, evidenciando seus recebimentos previstos com base nos cronogramas de repasse dos contratos pactuados com a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

Para o exercício de 2024, esses recursos são totalmente pertencentes ao Termo de Colaboração nº 09/2022 referente ao Centro Carioca de Diagnóstico.

9 Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 6.356.082, refere-se em sua maioria a bloqueios judiciais ocorridos em conta corrente, bem como transferências judiciais referente a processos trabalhistas e cíveis.

10 Intangível

	Valor residual 31/12/2023	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferência	Valor residual 31/12/2024
Equipamento Médico	43.521.644	1.854.311	-	-	-	45.375.955
Instalações	-	-	-	-	31.244.562	31.244.562
Mobiliário Geral	6.779.137	1.277.372	(52.060)	-	-	8.004.449
Equipamento Geral	6.098.391	716.963	(733)	-	-	6.814.621
Mobiliário Médico	2.138.119	278.346	-	-	-	2.416.465
Equipamentos de TI	1.723.878	421.963	(9.962)	-	-	2.135.879
Obras em andamento	30.046.901	1.197.661	-	-	(31.244.562)	-
	<u>90.308.070</u>	<u>5.746.616</u>	<u>(62.755)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>95.991.931</u>

	Valor residual 31/12/2022	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferência	Valor residual 31/12/2023
Obras em andamento	23.985.867	6.061.034	-	-	-	30.046.901
Equipamento Médico	20.575.842	22.945.802	-	-	-	43.521.644
Mobiliário Geral	4.953.419	1.876.705	(50.987)	-	-	6.779.137
Equipamento Geral	3.811.660	2.286.731	-	-	-	6.098.391
Mobiliário Médico	1.658.996	479.123	-	-	-	2.138.119
Equipamentos de TI	1.164.134	559.744	-	-	-	1.723.878
	<u>56.149.918</u>	<u>34.209.138</u>	<u>(50.987)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>90.308.070</u>

Refere-se ao direito de operar sobre os bens móveis e imóveis que são utilizados na operação dos Hospitais citados na nota explicativa 2.

Conforme Cláusula específica dos Contratos de Gestão, que trata da Permissão de Uso de Bens Públicos, os bens móveis e imóveis são transferidos para responsabilidade do Instituto, através de Termo de Permissão de Uso, onde a destinação destes bens se dá antes do inventário físico e da avaliação dos mesmos.

O Instituto Gnosis é responsável pela guarda e vigilância dos bens, cujo uso lhe é permitido, mantendo-os em perfeito estado de conservação, asseio, higiene e limpeza, com a obrigação de devolvê-los no estado em que os recebeu.

11 Fornecedores

	2024	2023
Rm Scan Serviços Medicos Ltda	(2.033.938)	(361.639)
Light Serv De Eletricidades S/A	(1.420.867)	(1.046.893)
Tr Refeições Industriais Ltda	(1.371.621)	(1.830.693)
Cedae	(981.987)	(981.987)
Up Chef 2 Comercio E Serviços Ltda	(857.575)	(857.575)
Coopercipes Cooperativa Dos Cirurgios Pediatricos	(840.094)	(840.094)
Bigas Anesthesia Serviços Medicos Ltda	(695.943)	(695.943)
Air Liquide Brasil Ltda	(657.388)	(660.139)
Messer Gases Ltda	(599.659)	(599.659)
Nr Gourmet	(592.670)	(79.515)
Coopanest/Es-Cooperativa De Anestesiologia Do ES	(559.808)	(559.808)
Star-5 Service Comercio E Conservação	(546.419)	(675.374)
Linde Gases Ltda	(540.802)	(540.802)
Fundação Proinstituto De Hematologia	(539.818)	(539.818)
Cooperativa Dos Ortopedistas E Traumatologistas	(496.727)	(496.727)
Tr Refeições Industriais Ltda - Himaba	(459.072)	(459.072)
Bio Imagem Comércio De Equip. Médicos E Hosp. Ltda	(447.439)	(538.900)
Olimpia Rio Com De Mat E Equip Ltda	(442.689)	(664.034)
Mabe 9 Comercio E Serviços Ltda	(430.915)	(430.915)
Bioxxi Serviços De Esterilização Ltda	(429.725)	(457.146)
Lifecare Gestao E Assit E Educ - Himaba	(408.533)	(408.533)
Vip Service Transporte E Locacoes Ltda	(404.392)	(404.392)
Dlc Diagnostico Ltda Epp	(386.972)	-
Cia Estadual De Gas Ceg	(374.521)	(374.521)
Cremasco Medicina Diagnóstica Ltda - Himaba	(368.518)	(368.518)
Goanest Serviços Medicos Ltda Epp	(348.406)	(348.406)
Instituto Beneficente Fleming	(343.343)	-
Hospdrogas Comercial - Himaba	(327.009)	(327.009)
Mater Anest Serviços Medicos Ltda	(326.598)	(326.598)
Medservice Multidisciplinar Ltda.	(305.662)	(305.662)
Cirurgios Cardivascularares Associados Ltda - Himaba	(254.601)	(254.601)
Criticare Servicos Medicos Epp	(229.624)	(229.624)
Newborn Ltda - Himaba	(222.650)	(222.650)
Ge Healthcare Do Brasil Com. E Serv.	(221.406)	(30.640)
Hitec Soluções Integradas Ltda	(221.335)	(224.195)
Hypnos E Morpheu Servicos Medicos Associ	(216.000)	(216.000)
Clinica Cardiológica Corações Pediatricos Ltda - Himaba	(211.944)	(211.944)
Outros *	(12.219.201)	(10.727.636)
	<hr style="border-top: 1px solid black; border-bottom: 1px solid black;"/>	<hr style="border-top: 1px solid black; border-bottom: 1px solid black;"/>
	(32.335.871)	(28.297.662)

* Refere-se a fornecedores pulverizados que fazem parte da operação direta da Entidade.

12 Empréstimos entre Contratos

	2024	2023
Empréstimos entre contratos - H. MÃE	(1.300.421)	(1.300.421)
Outros	<u>(5.971)</u>	-
	<u><u>(1.306.392)</u></u>	<u><u>(1.300.421)</u></u>

Em 31 de dezembro de 2024, o valor referente a Empréstimos entre Contratos está representado, basicamente pelo saldo a pagar do Contrato de Gestão já finalizado do Hospital da Mãe de Mesquita para a Sede, no valor de R\$ 1.300.421. A Sede efetuou o pagamento de notas fiscais do fornecedor TR Refeições e aguarda recebimento.

A Entidade possui solicitação junto à Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro pleiteando recursos para pagamentos de saldos em aberto provenientes do encerramento do contrato de gestão 018/2020 em junho de 2021. O pagamento à Sede ocorrerá após o recebimento do valor pleiteado.

13 Obrigações trabalhistas

	2024	2023
Salários	(20.153.379)	(18.531.699)
Provisão multa rescisória FGTS	(17.983.553)	(17.823.905)
Provisão para rescisões	(9.392.377)	(10.886.650)
Provisão de férias	(7.586.284)	(8.060.810)
Rescisões a pagar	(4.788.111)	(4.836.735)
Pecunia - Mais Médicos	(201.633)	(170.100)
Autônomos	(66.050)	(41.791)
Pensão alimenticia a pagar	(62.537)	(52.386)
Férias a pagar	(11.727)	-
Reembolsos	-	(45)
	<u><u>(60.245.651)</u></u>	<u><u>(60.404.121)</u></u>

14 Obrigações tributárias

	2024	2023
INSS sobre a folha de pagamento	(10.098.581)	(9.751.847)
IRRF sobre folha de pagamento	(7.603.145)	(7.218.548)
FGTS a recolher	(3.997.117)	(3.290.258)
Parcelamento IRRF	(781.370)	(1.287.615)
Parcelamento INSS	(687.345)	(1.083.842)
PIS sobre folha de pagamento	(553.591)	(545.540)
PIS, Cofins e CSLL Retidos	(397.523)	(394.595)
INSS terceiros	(386.169)	(324.798)
ISS a recolher	(125.111)	(160.247)
IRRF terceiros	(107.108)	(113.601)
Outros	<u>(40.071)</u>	<u>(39.543)</u>
	<u><u>(24.777.131)</u></u>	<u><u>(24.210.434)</u></u>

15 Subvenções a Realizar

A Entidade possui Contratos de Gestão em fase final de período de vigência, bem como contratos a realizar durante o próximo exercício social.

Abaixo demonstramos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2024:

	2024	2023
Subvenções a realizar		
CCD	(341.368.879)	(244.037.964)
AP 5.1	(293.797.728)	(139.375.046)
AP 2.1	(150.994.967)	(111.932.290)
RAPS	(107.387.698)	(94.531.603)
Maricá	(105.730.936)	(62.455.332)
AP 4.0	-	(48.682.894)
Hospital da Mãe de Mesquita	<u>(449.478)</u>	<u>(449.478)</u>
	<u><u>(999.729.686)</u></u>	<u><u>(701.464.607)</u></u>

16 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade figura como ré em demandas judiciais de naturezas diversas.

17 Patrimônio Social

Patrimônio social

O patrimônio social incorpora os resultados apurados em cada exercício aprovado pela Assembleia Geral, até o findar do contrato de gestão, após, é reconhecido em contas de ativo ou passivo.

Superávit acumulados

Registra o valor do superávit do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral para destinação da redução do patrimônio social até a finalização dos contratos de gestão, onde posteriormente, será transferido para contas de ativo ou passivo, respectivamente, ou seja, se direito a receber ou obrigação a pagar.

18 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receitas de Contratos e Convênios		
Prefeitura do Rio de Janeiro	554.802.888	470.011.794
Prefeitura de Maricá	153.073.709	142.581.539
Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro	-	-
Receita com investimentos	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u><u>707.876.600</u></u>	<u><u>612.593.336</u></u>
Receitas de Outras Ações		
Receita de Doações	<u>325.383</u>	<u>1.198.407</u>
	<u><u>325.383</u></u>	<u><u>1.198.407</u></u>
	<u><u>708.201.983</u></u>	<u><u>613.791.743</u></u>

19 Custos das Gratuidades Concedidas – Colibri

O Projeto Social Colibri através do convenio nº 081/2022 celebrado entre o município do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e o Instituto Gnosis em 06/05/2022, tem como objetivo a prestação de serviço de media complexidade e diagnósticos, segundo o modelo assistencial do SUS, de forma totalmente gratuita. Tendo sido constituída na forma preconizada no Código Civil Brasileiro, e observando os ditames da Lei do Estado do Rio de Janeiro no 6.043/2011 e da Lei do Município do Rio de Janeiro no 5.026/2009 para atuar como Organização Social na Área de Saúde, criada para atender os seguintes objetivos:

- c) A Atenção á Saúde: prestar assistência integral e humanizada á saúde dos usuários do SUS;
- b) O Aprimoramento da Gestão: implantar/implementar processos para a melhoria continua da qualidade da assistência prestada;
- c) O Aperfeiçoamento dos Profissionais: aprimorar a capacitação e qualificação do corpo profissional.

O Projeto Colibri está localizado na Estrada do Itanhangá, nº 483 Loja 107 – Itanhangá Cep:22.753-005 e funciona de segunda a sexta feira das 08:00 as 17:00 horas. O ambulatório está em funcionamento desde o início do projeto em 12.2021 prestando serviços de diagnósticos por imagem e serviços de traumatologia totalmente gratuitos por meio do Sistema de Regularização – SISREG com a maior eficiência.

19^a Quantitativo de atendimentos lançados no módulo no Sistema de Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA)

Mês de competência	Gratuidades (quantidade)	
	2024	2023
Janeiro	1.016	1.222
Fevereiro	588	1.012
Março	989	1.369
Abri	1.088	1.567
Maio	1.056	1.368
Junho	734	853
Julho	911	1.040
Agosto	920	939
Setembro	933	990
Outubro	997	949
Novembro	605	970
Dezembro	569	877
Total	<u><u>10.406</u></u>	<u><u>13.156</u></u>

19b Quadro Geral das Gratuidades Concedidas

O total de Gratuidades concedidas no valor de R\$550.588, pode ser segregado da seguinte forma:

	2024	2023
Pessoal	(332.328)	(360.560)
Serviços Prestados	(204.742)	(491.526)
Concessionárias	(11.812)	(9.194)
Despesas Administrativas	(1.058)	(1.362)
Medicamentos e Materiais	(648)	(9.427)
 TOTAL GRATUIDADES CONCEDIDAS	 (550.588)	 (872.069)

20 Custos dos Serviços Prestados

	2024	2023
Custo de pessoal (a)	(496.209.917)	(456.479.291)
Custo de serviços técnicos (b)	(158.707.114)	(127.174.968)
Custo de medicamentos e materiais (c)	(25.153.652)	(27.579.600)
Custo com concessionárias (d)	(3.783.259)	(2.923.771)
<hr/>		
	(683.853.942)	(614.157.630)

(a) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	2024	2023
Salários	(229.817.246)	(210.452.767)
INSS	(90.731.906)	(86.728.018)
Férias	(28.599.990)	(25.643.287)
Vale refeição	(28.180.098)	(21.097.746)
FGTS	(27.293.242)	(24.026.963)
130. Salário	(26.982.578)	(21.573.001)
Gratificação	(24.196.415)	(20.713.236)
Adicional de insalubridade	(20.065.769)	(16.288.800)
Vale transporte	(5.166.101)	(4.007.681)
Aviso prévio	(3.335.433)	(7.761.639)
PIS sobre folha	(3.320.932)	(3.025.138)
Rescisões e provisões para dissídio	(2.587.267)	(11.175.067)
Adicional noturno	(1.634.194)	(1.131.862)
Outros	(4.298.746)	(2.854.086)
	<hr/> <hr/> (496.209.917)	<hr/> <hr/> (456.479.291)

(b) O saldo de custo de serviços técnicos tem a seguinte composição:

	2024	2023
Serviços médicos	(58.813.625)	(41.628.810)
Conservação, limpeza e coleta	(32.433.530)	(30.273.530)
Locação	(20.788.776)	(18.997.415)
Manutenção predial	(7.196.801)	(8.976.622)
Serviços técnicos de informática	(6.711.594)	(6.174.679)
Vigilância monitorada	(4.674.342)	(2.082.632)
Serviços prestados - Avançadas	(4.412.362)	(1.542.323)
Serviços Prestados PJ	(4.152.264)	(3.866.993)
Manutenção em geral	(3.108.564)	(6.611.609)
Manutenção de equipamentos médicos	(2.673.123)	(284.235)
Manutenção de equipamentos médicos - Avançadas	(2.489.796)	(120.172)
Serviços de manutenção - Avançadas	(1.736.739)	(1.213.481)
Dedetização	(1.642.298)	(1.150.223)
Lavanderia	(1.173.935)	(401.618)
Serviços administrativos	(833.170)	(519.502)
Serviços prestados PF	(793.068)	(917.275)
Outros	(5.073.127)	(2.413.849)
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
	(158.707.114)	(127.174.968)

(c) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	2024	2023
Material de consumo médico-cirúrgico	(6.540.431)	(6.420.788)
Fornecimento de alimentação	(6.221.698)	(2.281.861)
Materiais de manutenção	(4.274.820)	(10.548.834)
Medicamentos	(3.458.625)	(2.008.583)
Material de expediente	(1.906.971)	(2.860.027)
Material de consumo odontológico	(1.204.967)	(1.812.601)
Consumos diversos	(710.809)	(809.649)
Material de limpeza	(561.117)	(362.699)
Outros	(274.214)	(474.558)
	<hr/> <hr/> (25.153.652)	<hr/> <hr/> (27.579.600)

(d) O saldo de custo com concessionárias tem a seguinte composição:

	2024	2023
Luz	(3.146.485)	(2.457.617)
Água	(351.849)	(205.820)
Telefonia fixa e móvel	(284.925)	(260.334)
	<hr/> <hr/> (3.783.259)	<hr/> <hr/> (2.923.771)

21 Despesas rateadas - pessoal

	2024	2023
Salários	(6.232.213)	(5.588.955)
INSS	(2.300.043)	(2.123.767)
Vale alimentação	(1.155.535)	(1.037.373)
Férias	(746.636)	(649.475)
FGTS	(659.738)	(537.882)
13º Salário	(627.967)	(536.166)
Pro Labore	(471.333)	(780.000)
Aviso Previo	(102.910)	(150.554)
PIS sobre folha de pagamento	(78.197)	(71.580)
FGTS Recisão	(55.787)	(54.920)
Rescisão	(7.319)	(26.519)
	<hr/> <hr/> (12.437.678)	<hr/> <hr/> (11.557.191)

Considerando a natureza jurídica da entidade, sendo esta, sem fins lucrativos, as despesas para a manutenção da Sede Administrativa são rateadas entre os contratos de gestão vigentes, cujo percentual de rateio é definido através do “Cronograma de Desembolso Financeiro e Metas físicas” de cada Contrato de Gestão. O mesmo conceito é aplicado nas notas explicativas 22, 23 e 24.

22 Despesas rateadas – serviços prestados

	2024	2023
Advocacia	(1.990.084)	(1.927.805)
Informática	(1.528.144)	(1.029.822)
Contabilidade	(804.342)	(720.000)
Locação	(503.095)	(834.514)
Entregas e correspondências	(289.114)	(178.611)
Serviços Prestados PJ	(192.280)	(179.902)
Treinamento e Capacitação	(154.419)	(154.308)
Serviços Administrativos, Propagando e Publicidade	(151.655)	(261.263)
Manutenção	(111.199)	(381.484)
Serviços Pessoa Física - RPA	(45.569)	(34.120)
Serviços Médicos	(645)	(327)
Conservação e limpeza	-	(1.050)
	<hr/> <hr/> (5.770.546)	<hr/> <hr/> (5.703.206)

23 Despesas rateadas – gerais e administrativas

	2024	2023
Aluguel de imóveis	(1.105.424)	(1.258.148)
Condomínio	(849.308)	(755.271)
Reembolso de despesas	(765.093)	(776.173)
Despesas com transporte	(359.915)	(539)
Material de informática	(232.778)	(189.954)
Seguros	(193.668)	(207.532)
Material de escritório	(39.745)	(105.022)
Material de limpeza e descartáveis	(28.905)	(190.749)
Transporte e locação	(19.512)	(174.591)
Material gráfico	-	(26.373)
Outros	(513.234)	(369.353)
	<hr/> <hr/> (4.107.582)	<hr/> <hr/> (4.053.705)

24 Despesas rateadas – concessionárias

	2024	2023
Telefonia, internet e TV a cabo	(302.860)	(141.920)
Luz	(117.604)	(126.909)
Água	(624)	(6.376)
Gas	-	(809)
	<hr/> <hr/> (421.088)	<hr/> <hr/> (276.014)

25 Despesas tributárias

	2024	2023
Parcelamento IRRF	(662.527)	-
Auto de Infração	(205.750)	(728.050)
Taxas e emolumentos	(31.064)	(424.156)
Outras Taxas	(141.641)	(50.636)
	<hr/> <hr/> (1.040.982)	<hr/> <hr/> (1.202.842)

26 Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicação financeira	13.953.919	17.578.649
Descontos auferidos	<u>152</u>	<u>10.957</u>
	13.954.071	17.589.606
Despesas financeiras		
IR sobre aplicações financeiras	(2.997.723)	(3.640.693)
IOF sobre aplicações financeiras	(360.437)	(425.570)
Multas e infrações	(321.309)	(451.566)
Despesas bancárias	(73.374)	(48.500)
Juros de fornecedores	(4.784)	(10.853)
	<hr/>	<hr/>
	(3.757.627)	(4.577.182)
	<hr/>	<hr/>
	<u>10.196.444</u>	<u>13.012.424</u>

27 Outras receitas e despesas

Esta rubrica está representada, basicamente, pelos ajustes realizados para melhor apresentação das Demonstrações Contábeis da Entidade totalizando o montante de despesas de R\$ 243.624 em 31 de dezembro de 2024 (receita de R\$ 9.152.138 em 31 de dezembro de 2023).

28 Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, contudo, os Contratos de Gestão não estabelecem a obrigação do gestor (Instituto Gnosis) a contratar cobertura de seguros para os principais ativos físicos do Hospitais, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

29 Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. O Instituto não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, com remuneração equivalente a 97% da taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) de um dia, estão sendo apresentadas pelo seu valor justo dada a classificação de valor justo através do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

30 Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto está exposto aos seguintes riscos:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um contratante ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Instituto e em títulos de investimento.

A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

c. Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos do Instituto incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos do Instituto.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere ao custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que o Instituto praticamente não realiza operações em moeda estrangeira.

31 Eventos Subsequentes

Em 2025, a Entidade possui aditivo de prorrogação ao Contrato de Gestão 002/2021 firmado com a Prefeitura do Rio de Janeiro, conforme detalhado abaixo:

- AP 2.1 – 5º Aditivo ao contrato de gestão 002/2021, visando a prorrogação da vigência do contrato, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 01/04/2025 a 31/03/2026. Bem como alteração do valor do contrato, com acréscimo de R\$ 176.949.921,60.

* * *

CARLOS ALBERTO DE RESENDE TAVARES VALENTE
Contador
CRC nº 041.398/O-3

PAULO ROBERTO RIBEIRO DE MELLO
Diretor Executivo
CPF nº 308.897.237-53